

Sete meses acaba de completar o governo Sarney. O presidente da República não esconde como está otimista: afirma que o País segue seus rumos naturais, sem crises, confrontos, explosões. A espiral inflacionária não veio, a inflação, em setembro, não chegou a 10%... *C'est la vie en rose*? Do ângulo em que a Nação é avistada, de Brasília, sim. Nas capitais de Estados e nos grandes centros urbanos, no campo convulsionado pela falsa reforma agrária, não.

Nas discussões travadas em torno do pacto social os sindicalistas acusam o governo de não ser sério: apenas procura ganhar tempo, paralisando as reivindicações trabalhistas, sem oferecer vantagem alguma em troca. Quanto ao processo de desvalorização da moeda, é de justiça assinalar que se evitou, até agora, a hiperinflação. Nada autoriza crer, porém, que o fantasma que ela representa foi exorcizado. Os empresários começam a inquietar-se com o ritmo da retomada do crescimento.

Ninguém de nível mediano de conhecimento ignora que o déficit público é a grande matriz da inflação brasileira. Pois bem, o montante que esse déficit atingirá, em 1986, alarma qualquer um: 230 trilhões de cruzéis. Só esse número permite constatar que a corrida entre preços e salários, no ano que vem, prosseguirá —

cercando-se de todos os males que a distinguem, entre os quais os riscos de uma profunda crise social não é o menor. A concessão de reajustes trimestrais de salários, exigência da CUT e da Conclat para começar a examinar um entendimento nacional em torno da ação do Executivo, poderá levar ao paroxismo as tensões inflacionárias. Até quando se poderá retardá-la?

Enquanto isso, logo que se fechem as urnas de 15 de novembro (antes, não, que ninguém é tolo), um pacote fiscal será revelado, a fim de canalizar mais e mais recursos para o Erário. Quanto se lhe der será consumido rapidamente, na fatura de gastos oficiais que caracteriza a Novíssima República. As empresas estatais continuam todo-poderosas, são feudos da tecnoburocracia, bastante forte para impedir que se toque nelas, visando a conter despesas.

Tancredo Neves pretendia assumir o poder expedindo uma ordem: é proibido gastar. Quem se lembra destas palavras, que soam hoje como se as houvesse proferido Campos Salles? Sepultada a Nova República com seu idealizador, observa-se, dir-se-ia, o mandamento oposto: é preciso gastar. Nos gabinetes palacianos de Brasília, exceto o do ministro da Fazenda, preocupado, pensa-se —

como já se pensava há muito — que governo popular é aquele que é pródigo à custa da poupança privada, requisitada a cada novo pacote tributário que se edita. Um dia, nada mais haverá para entregar e o Estado, onipotente, verificará que não tem mais quem e onde morder. Cabe lembrar que quando o último contribuinte entregar seu último cruzeiro, a quem estiver à frente do poder, restará dizer, parafraseando Luís XV: *après lui, le déluge*.

Desgraçadamente, faltam estadistas. Seja para comandar a atividade estatal, pedir sacrifícios quando necessários (e como o são!), executar um programa de austeridade administrativa para que se recupere o valor aquisitivo da moeda e para que o País alcance o crescimento estável, seja para, na oposição, formular a advertência indispensável a que o governo trilhe esse caminho — o único a seguir, caso queira ele, adaptado à realidade, cumprir a missão que lhe está reservada. Um personagem de Joracy Camargo faz rir, há décadas, platéias que ouvem o ator que o interpreta expressar em voz grave: "Acabou o tempo dos futuros brilhantes; chegou o tempo dos presentes de brilhantes". É pungente, no panorama que se abre ao Brasil; ter em conta que o presente nada tem de brilhante, muito ao contrário; e que,

sendo assim, não há milagre a realizar para que surja na linha do horizonte um futuro brilhante.

Empurrar com a barriga as dificuldades que aí estão, a ver se durante a noite elas desapareçam, é muito fácil. Faz-se isso no Brasil, quase profissionalmente, com técnica invejável, há anos e anos. A questão é que não há passe de mágica que, graças ao decurso do tempo, opere o prodígio de alterar a linha dos acontecimentos, tal como a traçaram sucessivos governos, seduzidos por ilusões de uma popularidade que se extrai da contemporização com a ilegalidade, das emissões de papel-moeda, do empreguismo. É ruim não poder ser otimista também e ter de chamar atenção para erros e omissões que têm o condão de agravar problemas, nunca de equacioná-los corretamente. Somerset Maugham tomou emprestado a um tratado de filosofia do século XIX o título de um de seus contos: *Aparência e Realidade*. O Brasil tomará a direção certa, no rumo do futuro melhor, a que tem direito, quando seus governantes se capacitarem de que esse futuro só será construído com muito trabalho, lutas, fadigas, economia e austeridade, graças ao dever cumprido — nunca no vai-da-valsa de tarefas amenas e percalços ignorados.